

REUNIÃO DA CÂMARA

ORD. X

EXT.

N.º 11

18-04-2018

ORDEM DO DIA:

I

EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

1.1 - Ação Social Escolar – Atribuição de Subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídio para refeições – ano letivo 2017/2018 (7.º Aditamento).

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

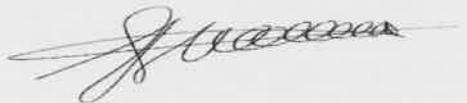
1.1 - Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2017.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

2.1 - Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 13 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

Ata n.º 11

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 18 de abril de 2018**

Aos 18 dias do mês de abril de 2018, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Vice - Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Henriques Soares, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, em substituição, Hugo Humberto Simões Machado, em substituição, e Carla Maria Machado Alves. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____

Pelo Sr. Presidente em exercício foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 05 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número 74 de terça-feira, dia 17 de abril de 2018, cujo total de disponibilidades é de € 812.683,22 sendo € 633.166,13 de operações orçamentais e € 179.517,09 de operações não orçamentais. _____

2. **Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal** (artigo 39.º, alínea c), da Lei número 75/2013, de 12 de setembro). _____

O Sr. Vice – Presidente e Presidente em exercício, informou que o Sr. Presidente da Câmara, por motivos profissionais, não iria estar presente na reunião, pelo que tinha pedido a justificação da sua falta e respetiva substituição. Neste sentido, disse que iria presidir à reunião e que o membro seguinte da lista, Sr. Joaquim Ribeiro estava presente em sua substituição. _____

Informou, ainda, que o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz também não estaria presente na reunião da Câmara Municipal, por motivos profissionais, tendo solicitado a respetiva substituição. Assim, informou que o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz seria substituído pelo Sr. Hugo Machado. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar as razões apresentadas e justificar a falta do Sr. Presidente da Câmara e a falta do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitando as respetivas substituições, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

3. **Outros assuntos** (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro) _____

A Sra. Vereadora Carla Alves apresentou uma moção alusiva ao 44.º Aniversário da Revolução de Abril, que a seguir se transcreve: _____

“Moção _____

14

Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Indiferentes à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, os consecutivos Governos continuam a desvalorizar o Poder Local, muitas vezes procurando subverter o Poder Local Democrático, dando expressão a tentativas de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar o Poder Local Democrático, na recusa de políticas dirigidas contra o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

Deve ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço reunida a 18 de Abril de 2018, delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa.
2. Apelar aos eleitos, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos populares.

Sobral de Monte Agraço, 18 de Abril de 2018” _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, solicitando a palavra, começou por cumprimentar todos os presentes. Previamente à sua intervenção sobre a moção apresentada disse que gostaria de deixar registada uma nota que se prende com o facto da reunião de Câmara realizada há 15 dias ter sido bastante mais participada que a presente, situação que talvez se fique a dever à falta de interesse em mobilizar, agora, os trabalhadores da Autarquia. _____

Continuou a sua intervenção dizendo que concordava que se celebrasse a data do 25 de Abril de 1974 e aquilo que esta conquista trouxe ao País e, conseqüentemente, à população, com a implementação de um Regime Democrático. Porém, não podia concordar com a moção apresentada, pois considerava que o teor da mesma, cerca de 95%, ao invés de abordar o tema do 25 de Abril, trata, na sua opinião, daquilo que a maioria no executivo entende como atropelos e ataques ao Poder Local, pelo que não percebia o que é que esta situação tinha a ver com as comemorações do 25 de Abril. Assim, disse que se iria abster da votação da moção apresentada, embora isso não quisesse dizer que não saudava esta data emblemática. _____

O Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado disse concordar com a intervenção do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, acrescentando que, no seu entender, não bastava apregoar o 25 de Abril. Saliou que a mistura de temáticas não se verifica apenas na moção apresentada, ela acontece noutras situações, dando como exemplo o que acontece ao nível do Boletim Municipal. Por fim, referiu que, na sua opinião, a moção não se enquadrava nas comemorações do 25 de Abril, pelo que se iria abster de votar. Terminando a sua intervenção disse que já tinha tido oportunidade de ver o programa da Autarquia para as comemorações desta data, tendo ficado bastante agradado com o mesmo. _____

O Sr. Presidente em exercício referiu que através da Revolução dos Cravos se conquistou o Poder Democrático e que quando se fala da relação entre o Poder Central e o Poder Local, designadamente, no que se refere à autonomia deste último, verifica-se, por vezes, uma tendência para o seu atropelamento em várias situações consagradas na lei vigente. Terminou dizendo que têm existido muitas situações que comprometem o Poder Local, razão pela qual, estas não poderiam deixar de ser assinaladas. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com duas abstenções do PS e da Coligação “*Juntos Pela Nossa Terra*”, aprovar a moção alusiva ao 44.º Aniversário da Revolução de Abril. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos apresentou uma moção sobre o 25 de Abril de 1974, que a seguir se transcreve: _____

“Moção sobre o 25 de abril de 1974” _____

É cada vez maior a franja da população portuguesa que não tinha nascido à data de 25 de abril de 1974. Motivo pelo qual defendemos ser importante recordar, sempre que oportuno, sobretudo junto das crianças e das camadas populacionais mais jovens, esse fantástico

acontecimento que marcou a História do nosso país e que tantas alterações trouxe aos portugueses e ao seu modo de viver. _____

Hoje vivemos numa sociedade democrática, em que podemos ser do Partido Político em que acreditamos, podemos votar livremente, podemos estudar e podemos aprender a ler e escrever, podemos ter acesso a um emprego digno em pé de igualdade com todos os outros (homens e mulheres). Mas nem sempre foi assim e por isso pensamos que devemos continuar a defender os valores de abril, não esquecendo as suas conquistas para não cairmos em marasmos, para que continuemos a gerar emprego e dinâmica económica, para que não percam os nossos jovens, para que tenhamos uma sociedade cada vez mais justa socialmente. _____

Mudar para avançar, foi o que aconteceu em 1974, pacificamente e sem medos: _____

“Nessa madrugada os militares do MFA ocuparam os estúdios do Rádio Clube Português e, através da rádio, explicaram à população que pretendiam que o País fosse de novo uma democracia, com eleições e liberdades de toda a ordem. E punham no ar músicas de que a ditadura não gostava, como Grândola Vila Morena, de José Afonso. _____

Ao mesmo tempo, uma coluna militar com tanques, comandada pelo capitão Salgueiro Maia, saiu da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, e marchou para Lisboa. Na capital, tomou posições junto dos ministérios e depois cercou o quartel da GNR do Carmo, onde se tinha refugiado Marcelo Caetano, o sucessor de Salazar à frente da ditadura. _____

Durante o dia, a população de Lisboa foi-se juntando aos militares. E o que era um golpe de Estado transformou-se numa verdadeira revolução. A certa altura, uma vendedora de flores começou a distribuir cravos. Os soldados enfiavam o pé do seu cravo no cano da espingarda e os civis punham a flor ao peito. Por isso se falava de Revolução dos Cravos. Foram dados alguns tiros para o ar, mas ninguém morreu nem foi ferido. _____

Ao fim da tarde, Marcelo Caetano rendeu-se e entregou o poder ao general Spínola, que, embora não pertencesse ao MFA, não pensava da mesma maneira que o governo acerca das colónias. _____

Um ano depois, a 25 de Abril de 1975, os portugueses votaram pela primeira vez em liberdade desde há muitas décadas.” _____

in [http://visao.sapo.pt/visaojunior/noticias/2016-04-11-25-Abril--O-Dia-da-Liberdade\(17/04/2018\)](http://visao.sapo.pt/visaojunior/noticias/2016-04-11-25-Abril--O-Dia-da-Liberdade(17/04/2018))

Foi uma mudança exemplar que nos trouxe grandes oportunidades a todos os níveis. Lembramos por exemplo que em Sobral de Monte Agraço, território muito pouco desenvolvido à data, existiam muitas terras que nem luz tinham. Foi notícia poucos meses após a revolução, o caso da Chã (e também Abadia e Pinheiro, entre outros exemplos): militares aquartelados no território ajudaram voluntariamente aos trabalhos que levaram à eletrificação de aldeias. O final das obras, ocorridas em 28 de junho de 1975, ainda hoje se assinala com a nossa conhecida “Festa da Luz”. _____

14 9

Consideramos que nunca é demais analisarmos todas essas conquistas que nos trouxe o 25 de abril de 74. Analisá-las, adaptá-las e ajustá-las a um presente e a um futuro face às novas realidades do nosso concelho, do país e do mundo. _____

Pensamos que esta deve ser sempre a nossa preocupação como cidadãos e ainda mais como eleitos locais do poder autárquico, também ele uma conquista de abril. _____

Viva o 25 de abril! Vivam todas as conquistas democráticas! _____

Sobral de Monte Agraço, 18 de abril de 2018 _____

O Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, assinado, Pedro Coelho dos Santos" _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos salientou que os últimos parágrafos da moção foram retirados de um artigo da revista "Visão", pois considerou que a forma simples como estavam escritos explicava bastante bem os acontecimentos que envolveram esta data e que, por isso mesmo, chegariam mais facilmente aos jovens. Disse que nunca é de mais lembrar os valores de Abril aos mais novos para que estes possam dar valor à data e sejam merecedores desta conquista. Por fim, disse que esta sim era efetivamente uma moção alusiva ao 25 de Abril. ____

A Sra. Vereadora Carla Alves disse que era notório que cada vez mais os jovens desconheciam o que tinha sido o 25 de Abril, as razões que lhe estiveram subjacentes e as consequentes conquistas. Por esta razão, disse ter sido proposto ao Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral a realização de uma palestra dinamizada por um ex-presos político, que esteve detido no Forte de Peniche, para dar o seu testemunho na primeira pessoa. O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, a propósito da intervenção da Sra. Vereadora Carla Alves, disse que esta foi uma ideia já abordada noutras ocasiões, pelo que, felicitou a Sra. Vereadora e o restante executivo pela concretização da iniciativa e pela realização desta palestra que, na sua opinião, deverá ser muito interessante para os mais jovens, ao mesmo tempo que se apresenta como uma lufada de ar fresco nas comemorações do 25 de Abril. ____

O Sr. Vereador, em substituição, Joaquim Ribeiro disse que, comparativamente a outras datas emblemáticas, o 25 de Abril era um acontecimento histórico ainda recente, facto que possibilitava o convite a pessoas que participaram e foram intervenientes ativos, podendo, por isso mesmo, dar testemunho real das situações vivenciadas à época, trazendo, naturalmente, uma mais-valia a estas comemorações. _____

O Sr. Presidente em exercício disse que, na sua opinião, o objetivo das moções apresentadas não era a sua avaliação, o que importava realmente era lembrar o 25 de Abril nas suas diversas vertentes, pelo que considerava serem válidas as moções apresentadas apesar de focarem aspetos diferentes, razão pela qual, não podia concordar com as palavras do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos quando referiu que o seu texto sim correspondia a uma "efetiva moção alusiva ao 25 de Abril". _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar a moção sobre o 25 de Abril de 1974. _____

I

EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR _____

1.1 – Ação Social Escolar – Atribuição de subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídios para refeições – ano letivo 2017/2018 (7.º Aditamento) _____

O Sr. Presidente em exercício apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Ação Social Escolar – Atribuição de subsídio para aquisição de livros e material escolar e subsídio para refeições – ano letivo 2017/2018 (7.º Aditamento) _____

Considerando que: _____

- a) A Educação e a Ação Social constituem, indubitavelmente, atribuições dos Municípios, de acordo com o disposto no artigo 23.º, número 2, alíneas d) e h) da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _____
- b) Nos termos da alínea hh), número 1, do artigo 33.º do diploma citado, compete à Câmara Municipal, deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à atribuição de auxílios económicos a estudantes; _____
- c) A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, em 07/08/2017, os subsídios a atribuir no âmbito da ação social escolar, sendo que, em momento posterior foi apresentada mais 1 candidatura referente a uma aluna matriculada no 1.º ciclo do ensino básico (informação número 083/2018/EDU); _____
- d) Após terem sido analisados os processos de candidatura ao apoio escolar para aquisição de livros e material escolar, propõe-se a atribuição de **um subsídio para aquisição de livros e material escolar** no valor total de €40,00, escalão A – aluno 1.º ano, bem como, a atribuição de **subsídio para refeições** a 1 aluna do escalão A cfr. informação número 083/2018/EDU;
- e) Na informação supra identificada informou, em 12/04/2018, a Chefe de Divisão da DECAS: “Concordo. À Ex.ma Sra. Vereadora, propondo-se o envio à próxima reunião de Câmara”, tendo a Senhora Vereadora, em 13/04/2018, despachado do seguinte modo: “Concordo. À próxima reunião da Câmara”. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere conceder apoio escolar para **refeições e para aquisição de livros e material escolar** no valor de €40,00 – escalão A – aluna 1.º ano, cfr. informação número 083/2018/EDU, anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Sobral de Monte Agraço, 13 de abril de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º" _____
Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, conceder apoio escolar para **refeições e para aquisição de livros e material escolar** no valor de €40,00 – escalão A – aluna 1.º ano, cfr. informação número 083/2018/EDU, anexa à presente deliberação dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

1.1 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação de 2017 _____

O Sr. Presidente em exercício apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2017 _____

Considerando que: _____

- a) A Lei número 24/98, de 26 de maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu artigo 1.º, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais; _____
- b) De acordo com o disposto no artigo 2.º da Lei número 24/98, de 26 de maio, oposição é toda a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos supra referenciados; _____
- c) O artigo 3.º do Estatuto, elenca os titulares do direito de oposição, sendo que e no que às Autarquias Locais diz respeito, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas; _____
- d) Para além destes titulares aqui citados, é também reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico; _____
- e) Nos termos do artigo 10.º do Estatuto, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto; _____
- f) Conforme estipula o Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos da alínea u), do número 1, do artigo 35.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foram elencadas, de forma genérica, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. _____



Propõe-se que:

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibera, de acordo com o artigo 10.º, número 2 do Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos do disposto na alínea yy), do número 1, do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o relatório de avaliação relativo a 2017.

Sobral de Monte Agraço, 13 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos começou a sua intervenção por dizer que iria votar contra a proposta apresentada, referindo que a matéria em apreciação correspondia a um ponto que dividia o executivo e com o qual não podia concordar de forma alguma. Quanto ao primeiro ponto do Estatuto do Direito de Oposição - "Resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Vereadores" -, disse que o que estava espelhado no documento não correspondia à verdade, uma vez que dos pedidos de informação por si efetuados, ainda havia vários que aguardavam resposta. Disse que o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, embora não estivesse presente para confirmar, também aguardava resposta a alguns pedidos por si realizados. A este propósito, lembrou uma situação caricata em que o Sr. Presidente pediu que o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz formulasse os seus pedidos de informação por escrito.

Referindo-se ao ponto: "Promoção da publicação das decisões e deliberações" (editais), perguntou qual a ligação destas publicações com o respeito pelo direito da oposição, referindo que a informação que consta no relatório reflete aquilo que é de publicação obrigatória, pelo que o executivo em maioria não estava a fazer "nenhum favor" à Oposição. Disse que fazer mais passaria, por exemplo, pelo envio para os Vereadores de todos os editais quando elaborados, salientando que este procedimento sim podia ser equacionado como algo mais do que uma obrigação.

Relativamente ao número 3, do artigo 5.º, da Lei número 24/98, "Direito de Consulta Prévia", o Sr. Vereador procedeu à sua leitura: "3 - Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade".

Após a leitura do texto legal, disse que esta prerrogativa não se aplicava na Autarquia. Referiu que, por norma, tanto ele como o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz solicitavam a distribuição dos documentos previsionais e de prestação de contas, com algum tempo de antecedência, pois pela natureza e importância que assumem na vida do Município, necessitam de uma análise mais apurada. Reconheceu, no entanto, que tem sido efetuado um esforço para que aqueles documentos sejam disponibilizados mais cedo, todavia, esse tempo

14

ainda não é suficiente. Manifestou-se dizendo que de facto a Lei é cumprida no que diz respeito à aprovação atempada dos documentos, porém, os Srs. Vereadores da Oposição nunca foram ouvidos aquando da sua preparação. _____

No que concerne ao ponto "Direito de Participação" disse que também não podia concordar com a situação explanada no Relatório, uma vez que a comunicação de informações revelantes e a entrega de convites também não é uma prática da Autarquia. Ainda sobre este ponto, o Relatório diz que "... foi, também, assegurado à Oposição, através da possibilidade de efetuar pronúncias e intervenções, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos." Referindo-se a esta questão, o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, utilizou a expressão "era só o que mais faltava a Oposição não poder manifestar-se conforme o parágrafo supra", tendo sublinhado que com esta prerrogativa e, contrariamente ao que se pretendia fazer crer, não se estava a fazer nenhum favor à oposição. Em suma, disse que o documento apresentado não passava de uma hipocrisia política e de um "copy past" de anos anteriores, sendo que a prática da CDU continuava a passar por não respeitar a Oposição. _____

O Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado disse que a listagem dos editais constantes do documento apresentado era desnecessária e que em nada acrescentava ao mesmo. Disse que todos têm obrigação de conhecer os editais e que a sugestão efetuada pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos seria muito mais interessante. Atendendo à estrutura do documento apresentado, sugeriu que no próximo relatório do Estatuto de Direito da Oposição fosse feita uma referência às atas das reuniões de Câmara. No que concerne ao ponto "Direito Consulta Prévia" disse que se existisse um real interesse na participação da Oposição, as coisas seriam muito diferentes, tendo questionado, a título de exemplo, se o Conselho Municipal de Juventude já estaria instalado. No que diz respeito ao "Direito de Participação", disse que nem valia a pena fazer qualquer referência aos convites que não chegam aos Vereadores da Oposição. Por último, no que diz respeito ao ponto "V – Resumo da Atividade dos Órgãos", disse que apenas constavam as propostas apresentadas pela CDU e que, na sua opinião, as propostas apresentadas pela Oposição também deveriam estar explanadas no documento. Finalmente, apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: _____

"ASSUNTO DA ORDEM DO DIA A QUE SE REFERE A DECLARAÇÃO DE VOTO: _____

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA _____

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA _____

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2017 _____

O vereador do PPD/PSD de Sobral de Monte Agraço, baseia o seu sentido de voto sobre o estatuto do direito de oposição – relatório de avaliação ao exercício de 2017 da seguinte forma:

Pressupostos _____

- I. Os documentos para votação em reunião de Câmara Municipal nem sempre são apresentados com a antecipação desejável; _____
- II. A actual maioria da CDU em exercício no Executivo Camarário, sempre que se aprova um documento ou proposta de uma outra força política, para envio para entidade terceiras ou externas à Câmara Municipal, ignora por completo a iniciativa do partido político que a propôs, violando, na nossa opinião, princípios básicos de liberdade e democracia que devemos honrar e praticar, por homenagem a todos os que lutaram por Abril de 1974. Já mostrámos exemplos de boa conduta, da Câmara Municipal de Loures, também de actual maioria do Partido Comunista Português em exercício, e que de forma clara evidencia sempre as iniciativas partidárias de cada proposta aprovada a entidades terceiras ou externas, a quem são endereçadas os votos de louvor, ou outras menções, ..., votadas; _____
- III. O facto do Executivo da CDU de Sobral de Monte Agraço ignorar propostas aprovadas em sede dos órgãos autárquicos e sobretudo propostas com origem na oposição. Por exemplo a Geminação Internacional do Concelho que deveria ter ficada finalizada no final do ano de 2015 ou a proposta sobre os Heróis da Guerra do Ultramar – recomendação que foi aprovada em sede de Assembleia Municipal, em 2014, para homenagear nas comemorações do 25 de Abril, assim como na edificação de um monumento em homenagem, que também foi esquecido ou ignorado, lamenta-se também que não se tenham reconhecido o excepcional e raro trabalho de levantamento elaborado por uma cidadã sobralense. Outro exemplo a votação da Proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro, ao Senhor Amílcar Leitão da Silva foi adiada sucessivamente a votação, e culminou com a rejeição da nossa proposta para a revisão do regulamento de medalhas em Janeiro de 2015 (continuamos a aguardar pelo novo texto de regulamento prometido pelo Sr. Presidente desde 2014); _____
- IV. A desconfiança permanente que cartas e convites que são dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal e aos Vereadores que não são entregues aos vereadores de oposição; _____
- V. Por diversas vezes não há o devido Institucionalismo Democrático em cerimónias oficiais de colocar os vereadores de oposição com o mesmo destaque e tratamento dos vereadores da maioria da CDU; (prova disso são muitas das próprias fotografias de eventos oficiais que ilustram a informação municipal); _____
- VI. A Câmara Municipal favorece um jornal ou periódico partidário nas suas publicidades, nomeadamente por ocasião da Festa Avante, cuja sua redacção e facturação é afectada ao Partido Comunista Português, o que para nós eticamente não está correcto, cada partido tem os seus jornais e eventos, mas deveremos separar completamente as questões partidárias e o bom exercício dos cargos públicos. Este ano ainda não fomos esclarecidos se voltámos a ter este procedimento de forma recorrente; _____

- VII. Pedimos em reunião de Câmara para se publicar as declarações de voto, junto ao Estatuto do Direito de Oposição que hoje se vota; _____
- VIII. Recentemente o executivo permitiu a discussão da instauração de eventual processo disciplinar a um funcionário da câmara municipal em reunião à “porta aberta”, com acesso ao público em geral. Consideramos que tal situação não protege a dignidade pessoal e profissional do próprio trabalhador; _____
- IX. Quando as reuniões de câmara municipal começam depois da hora marcada nada é referido nas actas, quando um vereador da oposição chega mais tarde do que a hora marcada é referido na acta e bem a hora que chegou, mas consideramos que o tratamento deverá ser igual em nome dos princípios da liberdade democrática conquistada no 25 de Abril de 1974; _____
- X. Recorrentemente os vereadores da oposição pedem informação nas reuniões de executivo que muitas vezes são só providas vários meses depois e algumas entram no esquecimento não permitindo à oposição um acompanhamento adequado dos assuntos de gestão; _____
- XI. O Poder Local é uma peça fundamental na nossa democracia, no entanto tem vindo a sofrer inúmeras transformações e desafios que condicionam a qualidade e integridade da governação municipal, entre outros: a europeização do poder local; a globalização e o seu impacto social, económico e institucional; o crescente distanciamento dos eleitores em relação aos partidos e as novas formas de participação política; a maior exigência de rigor e de ética por parte dos cidadãos em relação aos seus eleitos locais; o aumento das competências das autarquias e a complexidade crescente do governo local; ou o impacto das novas tecnologias no relacionamento dos cidadãos com a governação local. Respondendo a esta crescente preocupação pela “saúde” do Poder Local democrático, a Transparência e Integridade Associação Cívica (TIAC) decidiu desenvolver uma linha de investigação sobre estas matérias. Neste índice neste momento e lamentavelmente o Concelho de Sobral Monte Agraço ocupa a 166ª posição. Embora já tenha subido um pouco desde que vamos indicando a situação todos os anos no processo de votação do Direito de oposição. _____
<https://transparencia.pt/itm-2017/> _____

• **Conclusão** _____

Declaramos o nosso voto desfavorável ao estatuto do direito de oposição – relatório de avaliação ao exercício de 2017, com vista a que se possa construir um ambiente mais forte de responsabilidade democrática, na Autarquia de Sobral de Monte Agraço, de acordo com os valores de Abril de 1974, que não devemos esquecer. “A Democracia é difícil e exigente, mas dela não nos demitimos” frase de Francisco Sá Carneiro. _____

Pedimos que esta declaração de voto seja anexada ao relatório de 2017 do estatuto do direito de oposição aquando a sua publicação no website da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço. _____

Sobral de Monte Agraço, 18 de Abril de 2018 _____



O Vereador eleito pela Coligação "Juntos Pela Nossa Terra", assinado, Hugo Machado". _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que não se recordava de uma proposta apresentada pela Oposição que tivesse sido aprovada. Ainda a propósito do respeito pela Oposição, recordou uma sessão da Assembleia Municipal, em que lhe foi colocada uma questão pelo Sr. Deputado Duarte Pacheco mas que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não lhe havia dado a palavra, pelo que estava tudo dito sobre esta matéria. _____

O Sr. Presidente em exercício, no seguimento das intervenções dos Srs. Vereadores, disse considerar o relatório do Estatuto do Direito da Oposição um documento que, necessariamente, tem que ser exaustivo dado a matéria que trata, no entanto, caso considerassem desnecessárias algumas informações espelhadas no mesmo, estas poderiam deixar de constar deste relatório. Todavia, era sua interpretação, que este relatório pretendia refletir a informação que, ao longo do ano, foi sendo prestada a todos os membros do executivo, em especial aos vereadores da oposição, para que estes tivessem conhecimento das matérias tratadas e dos trabalhos desenvolvidos. Acrescentou que, no seu entender, tem sido efetuado um esforço na apresentação da informação relativamente ao trabalho desenvolvido, ao mesmo tempo que se tem procurado fazer chegar, de forma atempada, toda a documentação a todos os membros do executivo. No que concerne à participação da Oposição, disse que os Srs. Vereadores podiam manifestar-se dizendo que não haviam sido consultados, no entanto, também é certo que os Srs. Vereadores não diligenciaram no sentido de apresentarem quaisquer sugestões para o efeito. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos esclareceu que, quando se referiu "à forma exaustiva" como eram prestadas as informações pelo Sr. Presidente e Vereadores em exercício, gostaria de salientar que essa situação só se verificava nalgumas matérias, pelo que, solicitou ao Sr. Presidente em exercício que não distorcesse as suas palavras. Esclareceu ainda que com sua intervenção não pretendia dar nenhuma conotação negativa à palavra em causa e esta vinha na sequência de uma questão que levantou sobre a missão empresarial à Serra da Estrela, que estranhamente nunca foi dada a conhecer. Referiu, ainda, que na última reunião de Câmara foi abordado um assunto que envolve a sua pessoa e neste sentido teve que explicar exaustivamente toda a situação. Continuando a sua intervenção, disse que conhece várias Câmaras do País (com gestão PSD, PS e CDU) que contrariam a prática do Município, isto é, quando os documentos relativos aos orçamentos municipais e às prestações de contas começam a ser preparados, as forças da Oposição são convidadas a apresentar sugestões ou contributos e aqui isso nunca aconteceu. _____

O Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado relativamente às propostas apresentadas pela Oposição, lembrou que algumas foram aprovadas, nomeadamente, "Hortas Comunitárias", "Faturação Eletrónica" e "Conselho Municipal de Juventude", embora isso não quisesse dizer que tivessem sido executadas. No que diz respeito aos documentos de gestão, disse que para

14

que a Oposição pudesse prestar alguns contributos seria necessário ter conhecimento prévio dos mesmos. Referiu, ainda, que no seu entender, também não fazia sentido serem apresentadas propostas sem que se tivesse conhecimento de que as sugestões efetuadas em anos anteriores tivessem sido acolhidas efetivamente. _____

O Sr. Presidente em exercício disse que compreendia a intervenção do Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado, mas alertou para o facto de, muitas vezes, os próprios serviços procederem à elaboração dos documentos com valores expectáveis ao invés de valores concretos. No seguimento desta questão, disse que gostaria de deixar registado um voto de louvor a todos os trabalhadores do Município que têm realizado um trabalho notável na elaboração dos documentos previsionais quando dispõem, maioritariamente, de valores indefinidos para trabalhar. Lembrou que quem está no terreno tem uma perceção da realidade mais autêntica, facto que para quem está de fora será mais difícil de perceber. _____

Relativamente às propostas da Oposição, disse que houve algumas despropositadas dando como exemplo uma proposta apresentada para atribuição de uma verba de €25.000,00 para um fundo que ainda hoje não se percebe muito bem com que intuito tinha sido criado. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, a propósito da intervenção do Sr. Presidente em exercício, disse que, se bem tinha compreendido as suas palavras, este havia colocado em causa a idoneidade da Fundação Calouste Gulbenkian, entidade para a qual havia proposto a atribuição da referida verba. Por fim e relativamente aos documentos de gestão, disse que de facto alguns dos dados não se conseguiam apurar atempadamente, mas que a legislação em vigor permitia a realização de alterações aos documentos, que por vezes até são questões que não têm grande impacto financeiro, pelo que poderia haver uma distribuição mais célere dos mesmos. No essencial, disse que aquilo que ali se apresentava eram questões de outras índoles, que em nada tinham a ver com financiamentos e que podiam sempre ser discutíveis. _

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com dois votos contra do PS e da Coligação "Juntos Pela Nossa Terra", de acordo com o artigo 10.º, número 2 do Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos do disposto na alínea yy), do número 1, do artigo 33.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o relatório de avaliação relativo a 2017. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DO INTERESSE DO MUNICÍPIO _____

2.1 - Outros assuntos do interesse do Município _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos solicitou um ponto de situação sobre o atendimento médico na extensão de Saúde de Sapataria; _____

Perguntou como estava a funcionar o programa de Saúde Oral no Concelho, pois pelo que tinha sido informado, este programa, no presente ano, ainda não tinha tido qualquer atividade, razão pela qual quis saber se esta situação estava relacionada com a falta de enfermeiros; _____

Solicitou, também, um ponto de situação sobre a cadeira de higiene oral para o Centro de Saúde de Sobral, dizendo que esta questão poderia ser considerada um bom exemplo da dificuldade que os membros em maioria no Executivo têm em aceitar intervenções dos Vereadores da Oposição. Neste sentido, recordou que há algum tempo havia tido uma reunião com o Dr. Luís Pisco, à data, Vice-Presidente da ARS, onde a falta deste equipamento no Centro de Saúde foi abordada. Recentemente disse ter tido oportunidade de abordar novamente a questão com o Dr. Luís Pisco, tendo este referido que após o processo estar encaminhado, o Sr. Presidente da Câmara tinha pedido uma reunião com a Sra. Presidente da ARS, tendo ficado sem efeito o acordado com o Dr. Luís Pisco, pelo que e, relativamente a esta matéria, entendia não dever intervir mais. Salientou o facto de a situação ter estado muito bem encaminhada, mas que, entretanto, tudo tinha acabado por ficar sem efeito, pelo que solicitou informações sobre o andamento do processo. _____

Continuando a sua intervenção, referiu-se à falta de técnicos na EBI de Sapataria para apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, dizendo que a informação de que dispunha era que existia apenas um técnico que prestava apoio quinzenalmente. Disse que tinha conhecimento de que esta não era uma competência da Autarquia, no entanto, gostaria de saber se tinham sido efetuadas algumas diligências, por parte do Município, para ultrapassar a situação. Ainda no âmbito da temática da Educação, solicitou, num prazo razoável, se possível até à próxima reunião, informação dos serviços de educação sobre o número de auxiliares que existem nas escolas do Concelho, independentemente se as mesmas estão ao serviço ou em situação de licenças ou baixas médicas. _____

Referindo-se ao cruzamento de Cachimbos, designadamente à via de acesso à Igreja de S. Quintino, disse que esta é uma via que tem algum trânsito e que apresenta alguma perigosidade, uma vez que é uma via de dois sentidos e bastante estreita. Neste sentido, disse que gostaria de perceber se a Autarquia tinha equacionado alguma ação para alteração ou reorganização do trânsito naquele local. No seguimento da sua intervenção, disse que esteve presente na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Santo Quintino e que aquando da análise do ponto da ordem do dia relativo à Prestação de Contas, constatou-se que aquele documento apresentava uma despesa de €23,00 em combustíveis, valor manifestamente diminuto, para o normal funcionamento daquele Órgão Autárquico, tendo sido explicado que é a Câmara Municipal que assegura o abastecimento de combustível. Neste sentido, disse que não se recordava que este tipo de apoio estivesse expresso nos protocolos de colaboração outorgados com as Juntas de Freguesia, pelo que perguntou se o referido apoio era extensivo às restantes Juntas de Freguesia. _____

O Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado disse que também queria esclarecer a situação do combustível da Junta de Freguesia de Santo Quintino. Referiu que se este era mais um apoio prestado pelo Município às Juntas de Freguesia, então a situação deveria

constar de uma forma detalhada e clara no Orçamento Municipal. Referindo-se ao Conselho Municipal de Juventude, uma matéria já falada por si numa reunião do executivo de fevereiro, perguntou se tinha havido alguma evolução. Disse considerar que esta é uma matéria que deveria contar com os contributos da Oposição e constar no Relatório e Estatuto de Direito da Oposição. Solicitou, ainda, um ponto de situação sobre as obras de requalificação da Igreja de Santo Quintino. _____

No seguimento da intervenção do Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos sobre o cruzamento de Cachimbos/Almargem e propriamente no que concerne a uma reorganização do sentido do trânsito (sentido único), disse que devia ser tida em atenção a recetividade dos moradores quanto a esta alteração. Saliu que a parte pior da via corresponde ao troço junto a Cachimbos, que é mais estreito, principalmente quando se torna necessário cruzar com outro veículo, situação que se agrava ainda mais quando se realizam cerimónias na Igreja de Santo Quintino. Aproveitando esta matéria, perguntou quais são as prioridades da Autarquia em termos de reparação de estradas, nomeadamente, aquelas que estão em piores condições e que requerem de uma intervenção mais urgente. _____

Perguntou quando se iria realizar a reunião para aprovação da Prestação de Contas de 2017. A propósito do reembolso de IRS, disse que, mais uma vez, a Câmara Municipal tinha optado por não abdicar de nenhuma percentagem quanto a este imposto, sendo que, na sua opinião, uma redução deste tributo seria um sinal para a população, defendendo que mais de cem Municípios já procederam desta forma, pelo que, gostaria de perceber se algum dia a Autarquia poderia dar este sinal. _____

O Sr. Presidente em exercício começou a sua intervenção por se referir à falta de implementação do programa de Saúde Oral no presente ano letivo, dizendo que a situação já tinha sido colocada superiormente à ARS, bem como, ao Sr. Diretor do ACES. Referiu que o programa esteve a funcionar no ano letivo de 2016/2017. Este programa foi implementado no Concelho com a colaboração da Autarquia e o envolvimento do Centro de Saúde, tendo sido possível ultrapassar uma série de situações que estavam a dificultar o seu desenvolvimento. Referiu que depois de um esforço considerável na implementação do referido programa e de ter sido possível ultrapassar os vários constrangimentos, não foram prestadas quaisquer orientações para o ano letivo de 2017/2018. Ainda sobre esta temática, disse que, após conversações com o Dr. Luís Pisco, este comprometeu-se a averiguar a situação e a providenciar a distribuição dos *kits* de higiene oral junto dos estabelecimentos escolares. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves, como já referido pelo Sr. Presidente em exercício, disse que as situações iriam ser averiguadas, tendo sido dada indicação que o Dr. Luís Pisco e o Dr. António Martins iriam desbloquear as situações. Mais referiu que foi dada a informação de que a higienista oral afeta ao programa se encontrava no gozo de licença de maternidade, não tendo sido substituída. _____

O Sr. Presidente em exercício, relativamente à cadeira de higiene oral, disse que esta temática havia sido abordada, no dia 6 de março, com a Sra. Presidente da ARS e que o processo não se desenrolou da forma como a informação havia sido transmitida pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos. Disse que o processo de aquisição da cadeira estava encaminhado, tendo sido equacionado um equipamento a um preço acessível e que apesar da Autarquia não ter qualquer competência na matéria iria participar a sua aquisição. Porém, o processo acabou por ficar sem efeito porque o Dr. António Martins havia informado que não tinha autorização para aceitar a cadeira em questão. Face ao exposto, a Autarquia entendeu que a cadeira seria adquirida pela ARS, todavia, a Dra. Rosa Zorrinho – Presidente da ARS à data - informou que não tinha conhecimento do processo e que um procedimento desta natureza teria que passar pela sua aprovação. _____

A propósito da temática escolar e do apoio aos alunos com necessidades especiais, referiu que embora não seja uma competência da Autarquia, existe um histórico de apoio prestado nesta área pelo Município. Complementando a informação do Sr. Presidente em exercício, a Sra. Vereadora Carla Alves referiu que a Autarquia disponibiliza duas técnicas – terapeuta da fala e psicóloga -, que prestam apoio direto aos alunos. Relativamente a professores para os alunos com necessidades especiais, disse que esta não é uma competência da Autarquia e que os serviços não têm conhecimento de falta destes profissionais. Ainda neste âmbito e em termos de auxiliares, disse que na EBI de Sapataria existe uma funcionária que presta apoio direto a uma aluna. _____

O Sr. Presidente em exercício relativamente à informação solicitada pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos quanto ao número de auxiliares, disse que da parte da Autarquia seria fácil disponibilizar a informação, contudo, quanto aos auxiliares do Agrupamento, trabalhadores do Ministério da Educação, os serviços iriam solicitar competente informação. Mais referiu que os auxiliares existentes não correspondem a um número que deixe os serviços satisfeitos, porém, os rácios são efetuados de uma forma um pouco simplista em que apenas é contabilizado o número de alunos, não sendo dada a devida atenção, por exemplo, ao número de espaços existentes (edifícios e pátios). Em suma, existe um conjunto de fatores que deveriam ser contabilizados para que se verificasse um maior equilíbrio na resolução desta matéria. _____

Relativamente ao trânsito junto ao cruzamento de Cachimbos/Almargem, disse que, de momento, não estava equacionada qualquer intervenção, mas que qualquer solução que viesse a ser proposta passaria sempre por uma auscultação da população. Referiu que quando esta situação for ponderada será também necessário resolver um outro constrangimento – a circulação de veículos pesados naquela via. Por fim, e esclarecendo a questão dos apoios às Juntas de Freguesia, disse que os textos dos acordos são semelhantes para todas as Freguesias do Concelho. Referiu, ainda, que os veículos utilizados por aquelas Autarquias são, na sua maioria, propriedade do Município ao serviço das Juntas de Freguesia. _____

O Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado perguntou se as despesas inerentes a esta situação estavam espelhadas nas contas do Município, tendo o Sr. Presidente em exercício informado que estavam contabilizadas nos serviços de um modo global. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos reiterou que a Prestação de Contas da Junta da Freguesia de Santo Quintino apresenta uma verba de €23,00 em despesas com combustível, tendo sido explicado que o abastecimento das viaturas da Freguesia é assegurado pela Autarquia, tendo perguntado se efetivamente era a Câmara que suporta esta despesa. _____

O Sr. Presidente em exercício disse que esta é uma situação que decorre do protocolo de delegação de competências, sendo transversal a todas as Juntas de Freguesia. _____

Continuando a responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, referiu que o Conselho Municipal de Juventude não é um órgão pacífico e que a sua composição é discutível. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves, ainda sobre esta matéria, referiu que, embora não seja vinculativo, a Autarquia aguarda a receção de parecer para o efeito, ressalvando que é intenção do Município proceder à implementação do referido Conselho. _____

O Sr. Presidente em exercício, referindo-se às obras de requalificação da Igreja de Santo Quintino, informou que o contrato da empreitada foi outorgado no dia 16 de abril, com a empresa Tecnaco – Técnicos de Construção, SA, pelo valor de € 219.152,29, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, tendo sido previsto um ano para execução daquela obra. _

Relativamente à prioridade na intervenção a realizar nas vias municipais, disse que sempre que as condições climatéricas o têm permitido, os serviços têm sido ágeis na reparação de situações pontuais tentando, desta forma, melhorar a mobilidade rodoviária. Referiu, ainda, que as vias mais preocupantes e que carecem de um arranjo mais profundo são as de Casais de São Martinho e as de Silveira/Bouco. _____

A propósito do IRS disse que esta é uma questão ideológica e que por si só já contempla um conjunto de desvantagens, ressalvando que uma redução deste imposto apenas teria impacto nos agregados com mais rendimentos. Referiu que para que a Autarquia possa exercer as suas competências e assegure a continuidade dos serviços prestados, é necessário ter condições e verbas para o efeito. Salientou que nos moldes em que aprovamos esta proposta, 5% deste imposto será entregue ao Município e os restantes 95% à Administração Central, e que esta é uma faculdade da própria Lei. De facto, em abstrato, seria possível abdicar desta percentagem na sua totalidade ou em parte, no entanto, o próprio Estado não prescinde de qualquer percentagem ou valor, pelo que, na sua opinião, a Autarquia também não deveria reduzir a receita que lhe advém deste imposto. _____

Informou que no dia 23 de abril, pelas 18 horas, realizar-se-ia uma reunião extraordinária da Câmara Municipal para discussão e aprovação dos documentos da Prestação de Contas relativos ao exercício de 2017 e no dia 27 do mesmo mês, seria a Assembleia Municipal a

reunir-se para esse efeito, referindo que o documento já estava preparado e pronto a ser enviado. _____

O Sr. Vereador, em substituição, Hugo Machado relativamente ao Conselho Municipal de Juventude disse que esta é uma temática que já foi abordada várias vezes, tendo referido que o parecer da ANMP não é vinculativo, todavia, disse que a questão não era nem o parecer, nem o cumprimento da legislação. Lembrou que os membros para constituição do Conselho Municipal de Juventude já tinham sido designados em sede de Assembleia Municipal mas nunca chegaram a reunir, pelo que daqui se pode concluir que a dinâmica deste órgão será aquela que o executivo lhe entender dar. _____

Reportando-se à questão do IRS e tendo em conta a lógica do Sr. Presidente em exercício, designadamente que os mais beneficiados seriam aqueles que têm um maior rendimento, disse que, embora respeitasse, não poderia concordar. Salientou que 114 Municípios já deram um sinal à população reduzindo este imposto e que não tiveram em conta a disparidade referida pelo Sr. Presidente em exercício. Ressalvou que não tinha sugerido que se abdicasse da totalidade do imposto, mas sim uma redução que permitisse um pequeno alívio da carga fiscal, à semelhança aliás do que já aconteceu com o IMI. Mais referiu que este imposto - IRS – só seria mais equilibrado se houvesse uma profunda alteração da Lei das Finanças Locais e do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Relativamente à situação dos apoios às Freguesias no que diz respeito aos combustíveis, disse que não tinha percebido os esclarecimentos prestados. Reiterou que a informação prestada na Assembleia de Freguesia foi a de que o abastecimento é assegurado pela Câmara Municipal, pelo que questionava, novamente, se este apoio está espelhado no protocolo de colaboração e se é transversal a todas as Juntas de Freguesia, uma vez que cada um destes órgãos tem a sua própria dinâmica. Perguntou, ainda, como é que esta situação estava contemplada no documento de Prestação de Contas. _____

O Sr. Presidente em exercício disse que as despesas com combustível vêm espelhadas por orgânicas e que assim sendo os custos com os veículos cedidos às Juntas de Freguesia estão refletidos na DOUA, mas não de uma forma detalhada. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos relativamente ao Programa de Higiene Oral demonstrou a sua satisfação pelo facto da Autarquia estar a acompanhar o processo. No que concerne à cadeira de higiene oral começou por perguntar se a referência ao dia 6 de março dizia respeito a um ofício ou a uma reunião, tendo o Sr. Presidente em exercício respondido que se tratou de uma reunião com a Sra. Presidente da ARS. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que não tinha compreendido bem a intervenção do Sr. Presidente em exercício, tendo referido que à época este tipo de procedimento não era uma competência da Dra. Rosa Zorrinho – Presidente da ARS -, mas sim do Dr. Luís Pisco – Vice – Presidente -, daí ter reunido com ele. Na sua opinião, disse que lhe parecia um pouco descabido que numa instituição que acolhe 15.000 funcionários e com um elevado orçamento,

a Sra. Presidente estivesse preocupada com este tipo de procedimento, mas que talvez fosse por essa razão, por ser assim tão diligente, que tivesse sido convidada para Secretária de Estado. Por fim, disse que não conseguia perceber se a indicação do Sr. Diretor Executivo – António Martins – de que não podia aceitar a cadeira do Município se tinha ficado a dever à diligência efetuada pela Autarquia ou por já haver indicação na ARS de que iriam proceder à aquisição deste equipamento. _____

Relativamente às auxiliares afetas aos estabelecimentos de ensino, solicitou que fossem feitas as diligências necessárias para que fosse possível perceber melhor quais as dificuldades que existem em termos de serviços. Relativamente à temática do combustível, disse que compreendia que o Sr. Presidente em exercício não conseguisse esclarecer a situação, mas ressaltou que o apoio em termos de combustível não está refletido nos acordos efetuados, solicitando que a questão seja esclarecida oportunamente. _____

O Sr. Presidente em exercício ainda sobre a cadeira de higiene oral disse que não tinha conhecimento de quaisquer outras intenções e que provavelmente a orientação para não aceitar o equipamento não terá partido da Sr. Presidente da ARS, mas de um outro membro. Mais referiu que da parte da Autarquia nada tinha sido feito para que este processo ficasse sem efeito, ou seja, que não tinha sido a intervenção do executivo que tinha encravado o processo. _____

Convidou os presentes a visitarem uma exposição bastante interessante que estará patente na Biblioteca Municipal até ao dia 30 de abril, denominada “Escrever, contar e a arte de ilustrar”. Referiu que integrado no Programa Abril, Leituras Mil, se tinha realizado no dia 13 de abril, a IV Tertúlia Infantil HISTÓRIAS DE/GUSTAR, organizada e dinamizada pela Rede Concelhia de Bibliotecas (Bibliotecas Escolares e Biblioteca Municipal), uma iniciativa que contou com a colaboração da nutricionista Patrícia Soares. _____

Informou que a Região Oeste, enquanto *Quality Coast*, foi galardoada com o 1.º lugar na categoria “*Best of Cities, Communities & Culture*”, distinção atribuída pela Green Destinations, no dia 07 de março em Berlim, tendo o Sr. Presidente da Câmara de Torres Vedras estado presente em representação da Região Oeste. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves informou que a Autarquia, no âmbito de um Estágio de Informática, está a acolher um aluno do Ensino Secundário. Informou, ainda, que integrado no Programa Intermunicipal Festa Sénior, teve lugar no dia 11 de abril, em Arruda dos Vinhos, o VI Congresso do Envelhecimento Ativo, uma iniciativa bastante participada. Por último, disse que, integrado na ARTEMREDE, se realizou no dia 7 de abril o último encontro do Projeto Visionários, uma iniciativa que visa a análise de programas e a programação dos Municípios. Disse que foi uma atividade muito interessante e bastante participada por várias faixas etárias. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos informou que não podia estar presente na reunião de extraordinária da Câmara Municipal, de 23 de abril. _____

O Sr. Presidente em exercício informou que no âmbito da AMEGA, têm vindo a ser realizadas algumas reuniões de trabalho relativamente à gestão da água. Referiu que no dia anterior teve lugar uma reunião no Concelho de Alenquer, tendo sido constituído um grupo de trabalho que contará com o apoio de outras entidades (Instituto Superior Técnico, EPAL, Águas de Portugal e Secretaria de Estado), o qual tem por objetivo analisar as várias matérias ligadas ao setor da água, nomeadamente, a qualidade da água, tarifários, contadores, substituição de redes antigas, entre outros. Mais referiu que as conclusões do estudo serão dadas a conhecer num Seminário que terá lugar entre outubro e novembro do presente ano. _____

No âmbito do 25 de Abril, distribuiu pelo executivo o programa alusivo às comemorações da data. Do programa destacou algumas iniciativas: Pista de Pump Track e Sunset, atividades direcionadas aos mais jovens e a apresentação de um livro. Referiu que na freguesia de Sapataria as comemorações do 25 de Abril serão integradas na festa da freguesia, contando com uma nova dinâmica em termos de iniciativas (Dj's, Passeio de viaturas antigas, acordeão e outras bandas). Embora não constasse no programa, referiu que também nas escolas terão lugar algumas atividades, destacando o testemunho na 1.ª pessoa de um ex-presos político. Por fim, disse que é um programa variado do ponto de vista cultural que visa ser transversal às várias faixas etárias. _____

3. PAGAMENTOS

O Senhor Presidente em exercício informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números 767 a 837 num valor total de € 119.538,96. _____

III

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Ninguém desejou intervir. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente em exercício deu como encerrada a reunião quando eram 20 horas e 15 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente em exercício. _____

O Vice - Presidente e Presidente em exercício: _____

O Secretário: _____